

Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais *

Giselle Pinto*

Palavras-chave: Mulher; Negritude; Indicadores Sociais; Mercado de Trabalho

Resumo

Este trabalho foi produzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense e é resultado de uma pesquisa maior realizada como tese de conclusão de curso, para a graduação em Serviço Social, que teve como temática, a inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho.

Objetivamos contribuir com as análises que procuram identificar as desigualdades raciais e a reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, contribuindo para o debate sobre a situação das mulheres negras nos diferentes espaços sociais. O mercado de trabalho brasileiro é o foco desta pesquisa por ser considerado historicamente um espaço excludente, onde as mulheres negras estão presentes nos diferentes setores, mas com menores possibilidades de ascensão social.

Para realização deste estudo, utilizamos dados quantitativos oriundos de indicadores sociais produzidos a partir do ano 2000, que tenham realizado o recorte por raça e gênero. Tais dados nos possibilitaram evidenciar a existência das desigualdades de acesso que as mulheres negras sofrem ao buscar seu ingresso no mercado de trabalho formal.

Verificamos, na realização desta pesquisa, que é crescente a taxa de participação das mulheres negras no mercado de trabalho, mas estas ainda sofrem uma série de desigualdades como, por exemplo, quando analisamos as taxas de rendimentos por cor e sexo, estas ficam abaixo de todos os outros grupos, até mesmo dos homens negros.

Pudemos concluir, a partir dos dados analisados, que apesar do crescimento das taxas de escolaridade para todos os segmentos, as mulheres negras ainda apresentam taxas menores que as mulheres brancas. Isto impacta uma entrada mais igualitária no mercado de trabalho, principalmente no que se refere ao rendimento. As negras sofrem ainda com o forte peso do racismo, pois mesmo quando analisamos o mesmo nível de escolaridade elas ganham menos que as brancas.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18- 22 de Setembro de 2006.

* Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Política Social.

Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais *

Giselle Pinto*

Introdução

A busca da igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história do Brasil, história construída em diferentes espaços, por diferentes mulheres, de diferentes maneiras. Nos espaços públicos e privados, as mulheres vêm questionando as rígidas divisões entre os sexos, e estão alterando gradativamente as relações de poder entre homens e mulheres, historicamente desiguais.

Gerações de mulheres e homens têm se dedicado muito para construir um mundo mais justo buscando a igualdade, respeito às diferentes orientações sexuais; igualdades raciais e étnicas, que façam com que as diferenças de cor e origem também sejam apenas mais uma expressão da rica diversidade humana; igualdades de oportunidades para todas as pessoas.

A organização das mulheres em torno de agendas específicas está resultando na ocupação de espaços tradicionalmente reservados aos homens. As mulheres, hoje, ocupam postos da magistratura, altos cargos do judiciário, têm espaços conquistados no Legislativo e já estão alcançando espaços importantes no Executivo, como Governadoras e Prefeitas. Isso é o resultado de lutas, dos movimentos de mulheres, que vêm lutando desde o início do século XIX, contra a opressão e a discriminação da mulher, exigindo a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo.

Nas últimas décadas o movimento brasileiro de mulheres vem ganhando novas características e se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mentalidades. A luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira e moldando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista.

Entretanto, ainda existem muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência, discriminação e salários desiguais. A grande parte da população feminina ainda tem a cara da pobreza, da miséria e da falta de acesso. Isso reflete uma relação de poder desigual entre homens e mulheres na sociedade. Relação esta que deixa marcas duráveis, difíceis de combater por estarem arraigadas na sociedade.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

* Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Política Social.

1.1 *Interseccionalidade*¹: o racismo encontra o sexismo

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. O racismo e as vulnerabilidades decorrentes de sua ligação com outros fatores como o sexismo, têm produzido ao longo da história desigualdades sociais entre os indivíduos na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade. (CARNEIRO, 2003:119).

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem moldando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2003:118).

Nas últimas décadas o movimento brasileiro de mulheres vem ganhando novas características e se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mentalidades.

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, 118).

Lélia Gonzalez² traz interessantes sínteses que auxilia na discussão: a primeira delas diz respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, e a segunda refere-se à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais. De acordo com González(2000), as concepções do feminismo brasileiro:

(...)padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as

¹ É cada vez mais ampla a compreensão de que a vida dos indivíduos e grupos é atravessada por diferentes fatores que vão determinar seu grau de vulnerabilidade ou fortalecimento em relação à dinâmica social. A este fenômeno, feministas negras denominaram de interseccionalidade.

² Lélia Gonzalez citada por Luiza Bairos, 2000,p. 57.

mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.(p.57)

Esta interseccionalidade mostra sua face mais perversa em todas as fases da vida das mulheres negras, e traz grande impacto na qualidade de vida deste segmento. Está presente em todos os indicadores destas mulheres como: saúde, educação, violência e mercado de trabalho. Neste trabalho damos ênfase ao mercado de trabalho, pois é onde a mulher negra sofre mais perversamente os efeitos do racismo e das desigualdades no seu cotidiano.

1.2 Analisando os indicadores sobre a situação das mulheres negras no mercado de trabalho

Na desigualdade por gênero e raça, não há novidade sobre o fato das mulheres negras ganharem menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Elas saem do mercado mais tarde, se aposentam em menores proporções que os homens e há mais mulheres negras idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão. Isto reflete as condições em que estas mulheres estão no mercado brasileiro.

Quando analisamos os índices por escolaridade ligada a rendimento do trabalho na *tabela 1*, vemos que as diferenças entre homens e mulheres são expressivas. Mesmo que ambos tenham a mesma média de anos de estudo, os homens ganham mais que as mulheres. Essa desigualdade de rendimentos se mantém em todos os estados e regiões, e em todas as classes de anos de estudo: tanto as mulheres com grau de escolarização igual ou inferior a 3 anos de estudo ganham menos que os homens com o mesmo grau de escolaridade; quanto as mulheres com maior grau de escolarização (11 anos ou mais de estudo) ganham menos do que ganham os homens desta faixa.

Tabela 1
Rendimento médio mensal da população ocupada, em reais, por sexo e grupos e anos de estudo. 2001.

Brasil 2001	Até 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos	De 8 a 10 anos	De 11 anos e mais
Homens	289,60	445,10	574,20	1,376,70
Mulheres	178,20	245,20	323,10	785,90

Fonte: IBGE, Brasil, 2002.

Tais informações sobre o rendimento do trabalho confirmam que as mulheres alcançam remunerações inferiores a dos homens. Temos observado a presença de “*papéis estereotipados*” correspondentes a homens e mulheres, e esta muitas vezes parece ser a

principal razão da segmentação no mercado de trabalho, segmentação essa que, por sua vez, está na base do diferencial de remunerações que afeta negativamente as mulheres e das dificuldades maiores destas para conseguir conservar seus postos de trabalho e ascender nas suas carreiras.

A população feminina ocupada concentra-se nas classes de rendimento mais baixas: 71,3% das mulheres que trabalham recebem até 2 salários mínimos, enquanto os homens são 55,1%. A desigualdade salarial aumenta conforme a remuneração, ou seja, os altos salários ainda estão reservados aos homens. A proporção de homens que ganham mais de 5 salários mínimos é de 15,5% e das mulheres, 9,2%, como percebemos na análise da *tabela 2*.

Tabela 2
Distribuição percentual da população ocupada, por sexo, classe de rendimento médio mensal de todos os trabalhos em salário mínimo. 2001.

Brasil	Até salário	½ a 1	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Homens	14,4	14,6	26,1	14,6	13,1	15,5	
Mulheres	26,6	18,8	25,9	10,4	7,9	9,2	

Fonte: IBGE, 2002.

A desigualdade de rendimentos entre os grupos étnicos pode ser visualizada nos dados do PNAD 2002, onde os homens brancos apresentavam um rendimento médio em reais de 1.102,5, enquanto as mulheres brancas 686, 4; os homens negros recebiam em média 521,1 e as mulheres negras alcançavam 342,5. Temos então que: os homens brancos lideram sob todos os outros, as mulheres brancas ganha mais que homens e mulheres negros, mas é para as negras que essa disparidade pesa mais pois elas ganham praticamente a metade do rendimento das brancas.

Como está presente na *tabela 3*, podemos observar na proporção de mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos (19,2%) e que não recebem remuneração (10,5%) é bem maior do que a dos homens (0,8% e 5,9%, respectivamente). As mulheres se inserem mais tarde no mercado de trabalho formal, o que nos confirma a tese de que as mulheres ainda estão ocupando espaços históricos como o trabalho doméstico, que é historicamente considerado de responsabilidade da mulher, culturalmente definido como “lugar de mulher”, de dona-de-casa, esposa e mãe.

Tabela 3
Distribuição percentual da população ocupada por sexo e posição na ocupação.(Em %). 2001.

Brasil 2001	Empregados	Militares ou estatutários	Trab. Domésticos	Conta- própria	Empregadores	Não remun.
Homens	55,6	5,9	0,8	27,1	5,6	5,9
Mulheres	41,0	9,3	19,2	17,4	2,6	10,5

Fonte: IBGE, 2002.

A maior inserção das mulheres negras no trabalho doméstico revela um traço desvantajoso na situação em que estas se encontram. O emprego doméstico é uma das formas mais antigas de trabalho assalariado, sendo exercido pelos trabalhadores masculinos e femininos no decorrer dos últimos dois séculos. Como o serviço doméstico remunerado é um espaço de absorção de mão-de-obra feminina, os níveis de remuneração nessa atividade sejam inferiores aos observados para o conjunto dos trabalhadores.

No entanto, é difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, porque os indicadores econômicos não permitem captar as sutilezas ideológicas e culturais que o envolvem, pois o serviço doméstico confunde-se com o “*ser mulher*”, o serviço doméstico remunerado é uma atividade reconhecida pela sociedade como uma tarefa *naturalmente* exercida pelas mulheres.(MELO; PESSANHA; PARREIRAS, 2002).

A parcela negra por sua vez se encontra proporcionalmente mais presente é entre os assalariados sem carteira assinada, ou que trabalham por conta própria principalmente se somarmos o número de homens negros. Dentre os não assalariados, inseridos em posições de maior prestígio, status e ganhos-empregadoras, há proporcionalmente menos mulheres.

Estes dados mostram ainda que há mais mulheres trabalhando como militares ou estatutárias (9,3%) do que homens (5,1%), o que pode ser explicado pela grande quantidade de mulheres profissionais de saúde e educação do setor público, incluídas nessa categoria, profissões ainda hoje consideradas femininas.

Tabela 4
Distribuição da população ocupada por sexo e ramos de atividades. 2001.

Brasil 2001	Agricult.	Indúst.	Contru. Civil	Comérc.	Presta. serviços	Outros serviços	Administ. Pública	Outras ativid.
Hom	23,6	16,2	10,7	14,1	12,9	15,4	5,2	1,8
Mul.	16,1	9,5	0,4	14,6	30,7	22,7	4,2	1,7

Fonte: IBGE, 2002.

Na tabela acima, vemos que mais de 70% da população feminina ocupada concentra-se em atividades do setor de serviços (prestação de serviços, prática do comércio, da administração pública e outros serviços). A distribuição dos homens é mais homogênea, destacando-se a atividade agrícola, que reúne quase ¼ da população masculina ocupada do país.

A situação apresentada revela um aspecto crucial da desigualdade social no Brasil: ela resulta não apenas de injusta distribuição da riqueza gerada e de políticas econômicas que beneficiam grupos privilegiados desta sociedade, em detrimento dos trabalhadores. Está calcada também sobre diferenciações e comportamentos discriminatórios disseminados historicamente por todo o país.

A justiça social, a igualdade de oportunidades, a cidadania plena, enfim, as

condições que ofereçam a todos uma igual distribuição das possibilidades de obter seu sustento e a plena realização de suas capacidades passam, necessariamente, pela construção da igualdade racial no Brasil. Dentre as características mais marcantes da inserção da população negra no mercado de trabalho está seu maior engajamento relativo na força de trabalho, em comparação com a população não-negra.

1.3 A participação das mulheres negras no mercado de trabalho

As mulheres se inserem no mercado de trabalho com ritmo e intensidade bem diferenciados dos homens – o ritmo é mais lento e a intensidade é bem menor. As diferenças entre os sexos tendem a crescer muito com o aumento da idade das mulheres, sobretudo a partir do momento em que elas são pressionadas a abandonar o trabalho para dar prioridade ao cuidado da casa e dos filhos (tabela 5). Este movimento é bem semelhante tanto para as mulheres negras como para as não-negras.

Tabela 5

Taxa de Participação por sexo e cor segundo faixa etária. Região Metropolitana de São Paulo, 2000.

Brasil 2000	Mulheres	Mulheres Negras	Mulheres Não-Negras	Homens	Homens Negros	Homens Não-Negros
10-14	5,6	8,8	4,9	7,7	9,4	8,6
15-17	43	44,1	42,4	50,1	52,5	48,8
18-24	73,8	74,9	73,2	88,5	89,2	88,1
25-39	71,1	70,9	71,2	95,3	94,8	95,5
40 ou mais	42,8	80,0	40,3	72,1	75,4	70,9

Fonte: SEP. Seade – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

As taxas de participação por idade no mercado refletem uma realidade que parece imutável no país, pois os dados mostram que as pessoas negras com 10 anos, ou até menos, são incorporados à população economicamente ativa.

O ingresso precoce deste segmento populacional na vida produtiva mostra as dificuldades de manutenção enfrentadas pelas famílias, e a ausência de políticas sociais que dêem conta de incluir estas de tal forma que não seja mais necessário que seus filhos sejam postos para trabalhar, visando o suprimento mesmo que parcial das necessidades materiais destas famílias.

A maior incorporação das mulheres negras está no setor dos serviços domésticos, este é mais um traço da desvantajosa situação em que se encontram as negras neste país. Observamos esta situação na tabela abaixo (tabela 6).

Sob a ótica de gênero, este quadro se explica devido às diferenças sexuais terem papel importante na associação entre as necessidades de participar do mercado de trabalho

(mulher não precisa estudar, tem que trabalhar) e a realidade socioeconômica desfavorável, (devido ao estado de pobreza das famílias), em que vive a população negra no Brasil; ou seja, as meninas negras deixam de estudar, para ajudar na renda familiar, atuando em trabalhos domésticos.

Tabela 6

Proporção da população feminina Negras e Não- Negras ocupada no emprego doméstico. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal. 2001 – 2002.

Brasil 2001 – 2002	Belo Horizon te	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
Mulheres Negras	25,7	25,5	33,6	23,4	23,5	30,0
Mulheres Não- Negras	13,1	13,5	13,7	12,0	6,7	13,0

Fonte: DIEESE, Seade. Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2001-2002.

Outro fator que descreve claramente a condição mais desfavorável vivenciada pelas mulheres negras no mercado de trabalho diz respeito às suas possibilidades de crescimento profissional. Vemos assim, que sua ascensão social. Ou seja, sua presença em cargos de direção e planejamento é quase três vezes menor que a das mulheres não-negras nas diversas regiões do país, ou seja, as disparidades entre estes segmentos são muito grandes, e estão associadas às suas condições sociais, principalmente a educação, que é uma das formas de se promover a mobilidade social dos diversos segmentos.

Tabela 7

Proporção da População Feminina Negra e Não–Negra em ocupações de direção e planejamento. 2001-2002.

Brasil 2001- 2002	São Paulo	Salvador	Recife	Porto Alegre	Distrito Federal	Belo Horizo nte
Mulheres Negras	4,2	8,9	7,2	3,6	11,9	8,9
Mulheres Não- Negras	15,7	26,2	17,4	14,4	22,3	18,1

Fonte: DIEESE/ Seade, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2001-2002.

No grupo feminino, os dados mostram que a participação das negras é sempre maior que das não-negras. Isto pode ser confirmado se observarmos a renda familiar das famílias não-negras, onde as crianças não precisam trabalhar para completar o orçamento familiar.

Podemos observar na tabela abaixo (*tabela 8*) o grande número de mulheres negras chefes de família. Isto reflete uma realidade brasileira atual, onde as mulheres negras estão cada vez mais tendo de assumir o provimento da família.

Em geral, as mulheres participam menos do mercado de trabalho formal por vários motivos, dentre eles, aqueles associados ao seu encargo nas tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, que lhes são atribuídos como parte de seu papel familiar. Além disso, as empresas tendem a manter barreiras à contratação ou à ascensão na carreira da mulher casada e com filhos. Apesar de se defrontarem com as mesmas dificuldades das mulheres casadas, as chefes de família participam mais intensamente do mercado provavelmente pela necessidade de proverem sozinhas o sustento da família. As chefes de família negras participam mais intensamente do mercado de trabalho do que as chefes não-negras.

Tabela 8

Distribuição dos tipos de famílias, por cor ou raça segundo o sexo da pessoa de referência. Brasil, 2001.

Brasil	Homens Branco	Homens Negros	Mulheres Branco	Mulheres Negras
Unipessoal	13,8	18,7	28,3	21,8
Casal com filhos	17,5	14,0	2,2	1,6
Casal sem filhos	56,2	51,6	4,4	4,8
Pessoa de Referência sem cônjuge e com filhos	10,4	13,4	56,5	63,4
Outros tipos	2,1	2,4	8,8	8,4

Fonte: IBGE, 2002.

Assim, dentre todos os segmentos as negras são as mais penalizadas, pois experimentam uma trajetória produtiva mais longa. Ou seja, elas entram mais cedo no mercado e saem mais tardiamente deste.

1.4 Desemprego e Situação Ocupacional das Mulheres Negras

O desemprego assumiu no país, a partir da década de 90, grandes proporções, atingindo de forma generalizada, segmentos importantes da força de trabalho nacional. A abrangência alcançada deu margem a mecanismos de exclusão, que já estavam presentes na constituição da sociedade brasileira, mas que foram intensificados no mercado de trabalho.

Consideramos que mereça destaque as diferentes regiões e os elementos discriminatórios na elevação dos níveis de desigualdade no mercado de trabalho. Essas tendências são identificadas quando analisamos com atenção as informações sobre desemprego no país apresentadas pelos dados. Observamos a presença de diferenças regionais (*tabela 9*) quanto às taxas de desemprego para os trabalhadores das diferentes áreas e grandes diferenças em uma mesma região entre os diversos segmentos populacionais (*tabela 10*).

Tabela 9

Taxa de desemprego da população negra e não negra por tipo e segundo o sexo. Biênio 2001 – 2002.(Em %).

Regiões	Total	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Não-Negras	Homens Não-Negros
Desemprego Total					
Belo Horizonte	18,2	22,2	17,9	18,6	12,9
Distrito Federal	20,6	25,6	20,1	20,4	13,7
Porto Alegre	15,1	24,5	20,5	17,1	11,8
Recife	20,7	25,7	18,8	22,1	15,4
Salvador	27,4	31,3	16,2	22,2	16,0
São Paulo	18,3	26,2	19,9	18,8	13,3

Fonte: DIEESE/ Seade, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2001-2002.

Cabe ressaltar que, no total das seis regiões metropolitanas, a parcela de pessoas negras que eram trabalhadores domésticos (11,2%), era consideravelmente alta quando comparada com o mesmo percentual entre os brancos (5,4%).

Tabela 10

Distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação segundo a cor ou raça. Total das 6 principais Regiões Metropolitanas. Março de 2004.

Brasil 2004 em %	Branca	Negra
ECC setor privado	41,0	37,5
ESC setor privado	14,5	16,4
Conta-própria	20,1	22,2
Trabalhadores Domésticos	5,4	11,2

Fonte: DIEESE, Seade. Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2004.

Ao se considerar o atributo cor, tornam-se mais evidentes as diferenças entre as taxas de desemprego das mulheres. Se o sexo discrimina, a situação fica ainda mais desfavorável quando este se associa à condição de ser negra.

Os elementos discriminatórios estão entre estes mecanismos, que atingem principalmente a população negra, e preponderantemente as mulheres negras, que detêm os mais altos índices de desemprego dentre todos os grupos.

Vemos que em todas as regiões do país, as mulheres negras apresentam as maiores taxas de desemprego; seus rendimentos são sistematicamente inferiores que o rendimento dos não-negros, quaisquer que sejam as situações ou os atributos considerados para tal análise. Além disso, existem diversos fatores que os desfavorecem como: a entrada precoce no mercado de trabalho, maior inserção da população negra nos setores menos dinâmicos da economia (subempregos), elevada participação em postos de trabalho precários e em atividades não qualificadas.

Se observarmos as taxas de desemprego por cor, sexo e níveis de escolaridade, veremos que as mulheres negras apresentam taxas de desempregos maiores que os homens não-negros com igual escolaridade. Embora isso se amenize com o aumento dos anos de estudos, a desigualdade persiste em todos os níveis de escolarização.

No entanto, para igual nível de escolaridade, as taxas são sempre mais elevadas para as mulheres e, por cor, para os negros. As maiores taxas de desemprego são registradas para as pessoas com no máximo o ensino fundamental completo, seguidas por aquelas que não concluíram o fundamental. As menores taxas de desemprego correspondem a níveis mais elevados de instrução. Deve-se ressaltar, no entanto, que a taxa de desemprego das mulheres com ensino médio completo é equivalente àquela verificada para os homens com no máximo o fundamental completo, indicando que somente a conclusão do ensino superior fornece às mulheres negras e não-negras uma situação menos desfavorável na procura por trabalho.

Tabela 11

Rendimento médio real por hora, segundo posição na ocupação, cor e sexo. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal. 2001 – 2002.

Posição na ocupação	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Não- Negras	Homens Não- Negros
Distrito Federal				
Total de ocupados	4,65	6,38	7,42	9,74
Assalariados	6,25	6,69	8,89	10,23
Autônomos	2,62	3,78	3,58	5,20
Empregadas Domésticas	1,57	1,93	1,59	2,19
Porto Alegre				
Total de ocupados	2,65	3,24	4,13	5,09
Assalariados	3,07	3,32	4,56	4,96
Autônomos	(1)	2,89	2,87	4,20
Empregadas Domésticas	2,02	(1)	2,03	(1)
Recife				
Total de ocupados	2,02	2,68	3,76	4,71
Assalariados	2,83	2,88	4,79	4,87
Autônomos	1,37	1,87	1,95	2,88
Empregadas Domésticas	0,96	1,33	0,98	(1)
Salvador				
Total de ocupados	2,61	3,47	5,74	7,29
Assalariados	3,54	3,56	6,30	7,38
Autônomos	1,84	2,52	3,79	4,59
Empregadas Domésticas	0,96	1,21	(1)	(1)

Domésticas				
São Paulo				
Total de ocupados	2,96	3,76	5,37	7,06
Assalariados	3,50	3,80	5,93	6,76
Autônomos	1,93	3,23	3,54	5,22
Empregadas Domésticas	2,24	(1)	2,36	(1)

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT, PED. (1) dados não contabilizados dos na amostra. 2001-2002.

Um fator que contribui para revelar esta sobreposição discriminatória - de sexo e cor – que atinge as mulheres negras se mostra quando analisamos os rendimentos do trabalho. Devido as negras estarem engajadas em trabalhos precários, e enfrentando diversas dificuldades na ascensão profissional, elas apresentam remunerações substancialmente mais baixas que os demais segmentos populacionais, como nos mostra a tabela abaixo (*tabela 12*), onde vemos que os seus ganhos das negras estão em torno de 60% mais baixos que os dos homens .

Tabela 12

Rendimento Médio Real dos ocupados e o trabalho principal, por sexo e cor. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal. Em R\$ de Janeiro de 2003.

Região Metropolitana	Mulher Negra	Homem Negro	Mulher Não-Negra	Homem Não-Negro
Belo Horizonte	478	744	713	1.037
Distrito Federal	815	1.219	1.275	1.839
Porto Alegre	449	632	715	1.011
Recife	360	552	644	958
Salvador	435	668	933	1.405
São Paulo	494	756	896	1.379

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT, PED.2003.

Em relação à população feminina negra e não-negra, os dados mostram situações desfavoráveis na obtenção de trabalho para as negras em relação ao outro segmento, isto mesmo tendo estas idênticos graus de escolaridade.

Prosseguindo a análise, veremos o que se passa em cada um dos níveis de rendimentos. De fato, as maiores disparidades localizam-se no nível superior de rendimentos. Chama atenção também a relativa piora da situação no grupo com segundo grau, bem como o avanço das mulheres brancas e homens negros no terceiro grau. As mulheres negras perdem posição em todos os níveis de escolaridade. Nos outros quatro níveis de rendimentos, as diferenças entre os segmentos de igual escolaridade são pouco significativas, exceto no que se refere às mulheres com primeiro grau do nível fundamental; a conclusão do ensino médio pelas negras, aparentemente, não significa uma maior igualdade seja em relação, às trabalhadoras não-negras, seja aos homens negros. (tabela 13).

Tabela 13
Total de pessoas ocupadas. Total das 6 principais regiões. Perfil de escolarização.
2002. (Em %).

Gênero e raça	1º Grau comp. e incomp.	2º Grau comp. e incomp.	3º Grau comp. e incomp.
Homem Branco	59,7	25,7	14,6
Mulher Branca	55,1	26,6	18,3
Homem Negro	76,9	19,3	3,8
Mulher Negra	71,7	22,0	6,3
Total	65,1	23,6	11,3

Fonte: DIEESE/Seade; MTE/FAT. 2001- 2002.

O traço geral observado nas tabelas, mas que já é há bastante tempo conhecido, é que as mulheres sempre precisam de maior escolaridade para se inserir no mercado de trabalho, mas isto não melhora suas condições nesta inserção, pois estas continuam recebendo rendimentos inferiores aos dos homens e ocupando postos de trabalho também inferiores.

1.5 Novos Rumos

A sociedade brasileira está iniciando o processo de transformação da realidade vivida pela população negra, marcada pela pobreza e exclusão social. Hoje, organizações não governamentais, movimentos sociais e alguns setores do governo federal têm realizado um esforço conjunto para discutir as ferramentas primordiais para a erradicação dos males do racismo.

Podemos perceber então, que a questão racial debatida no interior do movimento de mulheres, não deixou de provocar nas organizações de mulheres a necessidade de assumir para si um posicionamento acerca dos males provocados pelo preconceito, pela discriminação e pelo racismo presentes na sociedade brasileira. A omissão foi, e continua sendo, constantemente denunciada como uma prática que não contribui para a satisfação

francamente contrária ao ideal de defesa dos direitos das mulheres apregoado pelo movimento feminista.

A partir disto podemos entender os novos rumos que o movimento de mulheres negras vêm tomando, atuando politicamente sobre os aspectos étnicos/raciais e sociais desenvolvendo novos acordos e associações. Cresce ao mesmo tempo entre as mulheres negras a consciência de que o processo neoliberal que, entre outras coisas, acentua o processo de feminização da pobreza, coloca a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil a nível mundial. Essa nova consciência tem levado estas mulheres a desenvolverem ações e criar instituições para buscarem melhoria das condições de vida, inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente maior visibilidade social.

1.6 Referências

BAIROS, Luiza *Lembrando Lélia González*. In, WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro, Criola/Pallas. 2000.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, nº 49.2003.

DIEESE/SEADE e entidades regionais. Biênio 2001 – 2002. PED Pesquisa de Emprego e Desemprego.2002.

_____. PED Pesquisa de Emprego e Desemprego. Janeiro de 2003.

HENRIQUES, Ricardo. *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília, novembro, UNESCO. 2002.

HERINGER, R.; SANT'ANNA, W.; MARTINS, S. & OLIVEIRA, S. *Negros no Brasil: Dados da Realidade*. Petrópolis, Ed. Vozes/Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.1989.

_____. *Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas Racial*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, nº 18 (Suplemento) 57-65. 2002.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Síntese dos Indicadores Sociais*. Estudos e Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica 11. 2002.

_____. *Microdados das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios*. 2002.

_____. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Março. 2004

MELO, Hildete Pereira. PESSANHA, Márcia Chamarelli. PARREIRAS, Luís Eduardo. 2002. *Da cozinha para o mercado – A evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90*. In: *Gênero*. Niterói, vol. 2, nº 2.